

## **A POLÍTICA DE GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA BRASILEIRA, NO CONTEXTO DA PÓS-DEMOCRACIA**

Dinair Leal da Hora  
Universidade Federal do Pará  
[tucupi@uol.com.br](mailto:tucupi@uol.com.br)

Marinalva da Silva Ferreira  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
[marinalva.ferreira@uemasul.edu.br](mailto:marinalva.ferreira@uemasul.edu.br)

### **Introdução**

A discussão aqui apresentada trata dos desafios apresentados à gestão escolar democrática tendo como base conceitual a função do Estado brasileiro e as políticas educacionais, diante da lógica da pós-democracia que, em grande medida é caracterizada pelo gerencialismo.

O trabalho aqui apresentada parte do objetivo de discutir e aprofundar a compreensão dos conceitos e fundamentos da democratização da gestão escolar no contexto da pós-democracia, buscando estabelecer suas relações. Assim, para a análise do contexto e da produção do texto teórico, a pesquisa bibliográfica

A compreensão das concepções e dos fundamentos dos conceitos de democracia exige um mergulho nas diferentes obras que discutem o tema, de modo que seja possível aprofundar o conhecimento que foi construído e, assim, promover uma reconstrução dos saberes. Neste tema, discutimos as ideias dos Castells, 2018; Rancière, 2014; Crouch, 2004, Dardot e Laval, 2016.

O presente texto está organizado, além da Introdução, pelas seções A crise da democracia liberal e emersão da pós-democracia; A gestão escolar frente a concepções antagônicas – democracia e pós-democracia e Conclusão.

### **A crise da democracia liberal e a emersão da pós-democracia**

Na concepção liberal de democracia, a participação do poder político, característica do regime democrático, é resultado de uma das liberdades individuais que o cidadão demandou e obteve contra o estado absoluto. Trata-se da manifestação da liberdade individual, compreende ainda o direito de eleger representantes para o parlamento e de

ser eleito, para além de expressar sua opinião, reunir-se ou associar-se para ter vez e voz na construção da política do país.

Castells (2018), aponta, entre outros indicadores da democracia liberal: respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos; liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contratada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos.; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasam os princípios das instituições democráticas;

A crise da democracia liberal construiu-se partindo de diferentes movimentos, como por exemplo, a ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação e a globalização, entre outros.

Porém, a manifestação da crise mais profunda da crise da democracia liberal, segundo (Castells, 2018, p.7-8) é

“a ruptura da relação entre governantes e governados; desconfiança das instituições que deslegitima a representação política; colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal; amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e democracia parlamentar: ‘não nos representam’. Não é uma rejeição à democracia, mas rejeição à democracia liberal em nome da ‘democracia real’ - colapso gradual de um modelo de representação”.

Rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações dos que elegemos e pagamos, produz-se a crise de legitimidade política. Em situação de crise econômica, social institucional, moral, aquilo que era aceito deixa de sê-lo e aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Essa é a crise de legitimidade. Esse sentimento amplamente majoritário de rejeição à política varia segundo países e regiões, mas se verifica em todas as partes.

Cada vez menos gente acredita na democracia liberal, ao mesmo tempo em que a grande maioria continua defendendo o ideal democrático porque as pessoas querem crer na democracia, o desencanto é mais profundo em relação à forma como a vivem. Desse desencanto nascem comportamentos sociais e políticos que estão transformando as instituições e as práticas de governança em toda parte.

A pós-democracia é um sistema no qual, aparentemente, nada muda em relação à democracia ocidental clássica: seguem-se organizando eleições livres, o Poder Judiciário é independente, os direitos individuais são respeitados. A fachada é a mesma, mas o poder real está em outra parte. As decisões são tomadas pelas direções das grandes corporações transnacionais, mercados, agências de classificação, organizações internacionais e organismos tecnocráticos.

“A pós-democracia pode ser entendida como: [...] o abandono das atitudes excessivamente respeitadas para com o governo, particularmente no tratamento dispensado aos políticos pela mídia; a insistência na abertura total por parte do governo; e a redução dos políticos a uma figura mais parecida com a de um lojista do que a de um governante, sempre tentando adivinhar os desejos dos ‘clientes’ para manter o negócio nos trilhos”. (CROUCH, 2004, p. 36-37)

O Brasil esvaziou a substância de sua democracia sem extingui-la formalmente (Dardot e Laval, 2016), assumindo um traço fundamental nos processos contemporâneos de desdemocratização. Da mesma forma, as justificativas econômicas e morais para o afastamento de Rousseff para o entendimento da pós-democracia estadunidense.

O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática. A acomodação de candidatos presidenciais potencialmente neofascistas em cenários pós-democráticos escancara definitivamente o maior limite da democracia representativa liberal ocidental em um registro colonial e colonizado.

### **A gestão escolar frente a concepções antagônicas – democracia e pós-democracia**

Desde o final dos anos 1970, em decorrência do grau de organização obtido pela sociedade civil, processos participativos de planejamento e de gestão de políticas educacionais e da própria escola consolidam o debate e as demandas pela democratização do sistema educacional e das unidades escolares, que têm como pontos centrais, respectivamente, a descentralização/municipalização, a eleição direta para os dirigentes escolares e a criação dos Conselhos Escolares.

Nos anos 1990, o foco do debate sobre a democratização da educação foi direcionado para as relações internas da escola, que deveriam ser democráticas, com a participação da comunidade escolar em sua gestão, sendo regulamentada, inclusive, pela LDB.

A gestão democrática das unidades escolares públicas brasileiras ganha terreno institucional quando passa a ser defendida pelo Estado neoliberal, como forma de garantir a eficiência e a eficácia do sistema público de ensino. Por isso, não tem significado nem avanços na construção de uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira.

O gerencialismo, difunde a noção de fornecimento eficiente e competente de serviços e mercadorias, metas e planos. Assim, a gestão democrática do ensino público surge multifacetada. De um lado, guardadora de um projeto democrático com vistas à ampliação dos espaços de cidadania e construção de uma educação de qualidade, de outro, como estratégia do gerencialismo econômico global no fortalecimento do sistema capitalista de sociedade.

A NGP é incorporada por parte dos gestores da escola pública, em concordância com o Estado que conduz a educação visando a melhoria dos resultados com menor investimento de recursos. Desta forma, esses princípios advindos do setor privado são incorporados na escola pública como preceitos universais e não mais há questionamento em relação às finalidades do ensino para o público de alunos.

No processo de reforma das escolas, das suas estruturas de governo e da organização do trabalho docente, a opção por uma pós-democracia gestonária parece uma alternativa teórica e ideologicamente congruente, de que é possível encontrar múltiplos sinais.

De certo modo, a democracia educacional vai-se tornando tão invisível, mesmo apenas enquanto discurso político, quanto a democracia econômica e industrial, por exemplo, um tópico que, na década de 1970, se encontrava pujante em termos de debate, reivindicação e experimentação social em vários países, sobretudo nos países nórdicos.

A gestão democrática de escolas públicas pode ser incluída no rol das práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular e, portanto, para a democratização da própria sociedade. O estudo da democracia na gestão de escolas públicas pode, portanto, contribuir para o entendimento da democratização da sociedade, na medida em que busca esclarecer como mudanças geradas pelas políticas de democratização repercutem sobre ela.

### **À guisa de conclusão**

Enfim, tomamos as palavras de Rancière (2014) e Castells (2018) para concluir, ampliar e alastrar essas reflexões.

“A democracia tem porque suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que estão acostumados a exercer o magistério do pensamento. Mas, entre os que sabem partilhar com qualquer um o poder igual da inteligência, pode suscitar, ao contrário, coragem e, portanto, felicidade”. (Rancière, 2014 p.122)

“Poderíamos experimentar e ter a paciência [...]. Não necessariamente para constituir uma ordem nova. Mas sim, quem sabe, para configurar um caos criativo no qual aprendamos a fluir com a vida, em vez de aprisioná-la em burocracias e programá-la em algoritmos.” (Castells, 2018 p.148).

### **Referências**

- CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018
- CROUCH, Colin. Pos-Democracy. Cambridge: Polity, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, (2014)